



**Adnilson José da Costa**

**Projeto Político Pedagógico: um estudo sobre o processo de  
elaboração na Escola Municipal Judith Augusta Ferreira**

**Belo Horizonte**

**2011**

**Adnilson José da Costa**

**Projeto Político Pedagógico: um estudo sobre o processo de  
elaboração na Escola Municipal Judith Augusta Ferreira**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Viviane Aparecida Rodrigues

**Belo Horizonte**

**2011**

**Adnilson José da Costa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Viviane Aparecida Rodrigues (Orientadora) - UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

**Belo Horizonte 16 de julho de 2011**

Dedico este trabalho a todos os professores e funcionários da Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira” que contribuíram enormemente para que eu chegasse até aqui.

## **Agradecimentos**

Inicialmente quero agradecer a Deus pelos dons recebidos.

Agradeço a meu pai pela presença.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup> Viviane pelos conhecimentos adquiridos.

E aos meus amigos pela convivência e trocas.

[...] O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. [Diz , ainda, que, para se aprender criticamente, exige-se a] presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes.

Paulo Freire (1993, p. 26).

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação da comunidade da escola municipal “Judith Augusta Ferreira” na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

A justificativa deste trabalho de conclusão de curso baseia-se no fato de que com a construção coletiva do PPP, foi possível uma aproximação maior com a comunidade da escola, sendo que as participações das pessoas na rotina da escola nos fizeram mais fortes.

O referencial teórico para a construção deste trabalho foi composto pela lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as obras dos seguintes autores, Antunes (2002), Casali (2004), Cortez (1998/2002), Cortella (2005), Machado (2001) e a lei nº 10127 de 09 de janeiro de 2001 sobre o plano nacional de educação. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida através da leitura de textos, leis e obras dos autores que compõem nosso referencial teórico.

Palavras-chave: PPP, Planejamento, Participação,

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO -----	09.
2	ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO PPP -----	10.
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	14.
4	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	16.
5	ANEXO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL “JUDITH AUGUSTA FERREIRA” -----	17.

## Introdução

Esta análise crítica tem por objetivo analisar a construção coletiva do Projeto político Pedagógico (PPP) na Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira” da cidade de Congonhas – MG, e suas relações com a participação da comunidade local.

A inserção do PPP em uma discussão mais ampla, dentro da gestão escolar, necessita de uma intervenção mais adequada na prática educativa e a participação de todos na escola. Os pressupostos que orientaram a elaboração deste, mesmo estando apoiados na legislação, nos remetem à certeza de que a democracia na escola só será real e efetiva, se tiver a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se e participar, discutindo, refletindo como sujeitos nesse espaço.

Nessa perspectiva, a escola se faz democrática, de fato, garantindo a participação de todos, por meio de sua gestão e pela forma de construir e executar seu projeto político-pedagógico, a democracia escolar só se efetiva dentro de um processo de gestão democrática, cujo objetivo maior é garantir a participação e autonomia das escolas. Ainda, é importante acrescentar que a “gestão da escola não visa apenas à melhoria do gerenciamento da escola, visa também à melhoria da qualidade do ensino”. (ANTUNES, 2002, p. 131 e 134).

A justificativa desta análise crítica se baseia, no fato de que com a construção coletiva do PPP, a instituição teve a oportunidade de se aproximar mais da comunidade da escola, e a importância da “participação” das pessoas dentro da rotina deixou-a mais forte. Desta forma percebeu-se que através do envolvimento da comunidade nas práticas escolares pode-se melhorar a qualidade do ensino oferecido pela instituição.

Adotou-se como referencial teórico, para a construção da análise crítica a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as obras dos seguintes autores: Antunes (2002), Casali (2004), Corterlla (2005), Freire (2005), Cortez (2005), Machado (2001), e a lei nº 10.127 de 9 de janeiro de 2001 sobre o Plano Nacional de Educação. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida através da leitura de textos, leis e obras dos autores que compõem o referencial teórico do presente estudo.

### **Análise da construção do PPP**

A construção do PPP da E.M. "Judith Augusta Ferreira" foi um processo de planejamento coletivo que necessitou de tempo, disposição e conhecimentos didáticos, metodológicos e pedagógicos e também de utopia para embasar o desejo de mudança. Portanto, o PPP é que vai indicar os novos caminhos, viabilizar as mudanças, considerando que ele é importante instrumento mediador e efetivador de transformações. É necessário um projeto político pedagógico consistente, o qual represente de fato o desejo de todos, sendo possível encontrar formas em que, as práticas de ensino da escola se tornem melhores.

O projeto é, dessa forma, eficiente instrumento capaz de provocar uma transformação qualitativa na escola e, conseqüentemente, contribuir para a conquista de uma instituição escolar mais justa e humana.

É um documento teórico que registra um processo vivenciado e em reconstrução, para intervenção e mudanças da realidade "é um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição" (VASCONCELLOS, 2000, p. 169). Desse modo, para a escola ter uma direção a seguir e poder perseguir seus objetivos e alcançar metas, é necessário planejar o conjunto de ações a serem realizadas.

Deve-se lembrar que a gestão democrática não se resume a eleições ou à escolha democrática do diretor escolar. É preciso muito mais que isso. Nesse sentido, dentro da escola podem-se criar conselhos ou grupos que ajudem na efetivação da democracia na escola. Tais instâncias colegiadas devem fazer parte do projeto político-pedagógico da escola, conhecer e construir a concepção educacional que orienta a prática pedagógica.

Então, numa escola democrática, torna-se pertinente criar formas e meios de garantir a participação, a troca solidária e a corresponsabilidade. Quando homens, mulheres e crianças, com diferentes culturas, valores e experiências de vida, se reúnem, formam um coletivo que pode se unir ou se aproximar por aspirações e interesses que representam o bem comum. Assim, a gestão democrática buscará formas de trazer os pais, os alunos, os professores e demais trabalhadores da escola para discutir os seus projetos e decidir os seus rumos.

Para a construção do projeto político-pedagógico da Escola Municipal Judith Augusta Ferreira, inicialmente montou-se uma comissão com representantes de todos os segmentos da escola, os membros eleitos por seus pares, ficaram responsáveis pela organização e mobilização dos grupos e das atividades realizadas, e também para escrever os documentos produzidos pela comunidade da escola.

Adotaram-se os principais passos que segundo Machado (2001), são essenciais na construção do PPP:

1. Construção do marco referencial.
2. Construção do diagnóstico da realidade escolar.
3. Programação das atividades.
4. Elaboração dos documentos.
5. Execução do projeto. (em curso)
6. Avaliação institucional da escola. (em curso)

Os documentos foram elaborados sob a orientação da escola de gestores da UFMG, a participação da comunidade foi intensificada à partir do momento em que a comissão organizadora divulgou dentro da escola o início dos trabalhos para a construção do PPP, foi feito um chamado junto à comunidade, através de reuniões de pais, funcionários e alunos.

Durante as reuniões foram feitas exposições sobre a relevância do projeto político pedagógico e sua função de ajudar a resolver os problemas da escola, nestes momentos foram mostrados os dados mais relevantes da escola, como aprovação, reprovação, distorção idade-série, e os resultados das avaliações externas da escola.

Estes dados sensibilizaram todos os envolvidos, e coletivamente foram dadas sugestões e houve a oportunidade dos participantes dimensionarem e verificarem os problemas da escola. As reuniões com os segmentos aconteceram a cada três

semanas nos três turnos da escola durante seis meses e a partir deste momento a comissão ficou com a incumbência de elaborar os eixos do PPP.

Observa-se que a partir da construção coletiva do PPP, foi estabelecido um contato maior com a comunidade, através das reuniões de pais e mestres e do colegiado, sendo que a participação das famílias foi elemento fundamental. Esse foi o momento em que se conseguiu partilhar com a comunidade os problemas e os anseios da escola, sempre buscando novas alternativas, como por exemplo, a parceria família e escola, que é fundamental para a elevação da aprendizagem dos nossos alunos e a melhoria do trabalho oferecido por nossa escola.

Com a certeza de que este é o caminho certo, segundo Machado (2001), a instituição deu início às ações, mantendo abertos os processos de planejamento e o seu repensar. Em decorrência desse processo, as ações concretas foram divulgadas, com o objetivo de provocar o interesse e o envolvimento de todos na concretização do projeto.

Freire (2001) propõe que a democracia na escola, transforme-a em um local onde participem os educadores, quadro administrativo, pais, alunos, e todos que se sintam envolvidos no processo educacional. Por isso, o PPP é a oportunidade de a escola tomar-se nas mãos e definir por si, coletivamente, participativamente, os seus compromissos com nossos alunos e com suas famílias, “essa é a forma de realizar de modo mais acabado o seu caráter cultural, democrático e educativo na comunidade”, (CASALI, 2004, p.46). Assim, o PPP orienta o processo de mudança, direciona o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação, para melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Além do mais, a sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolveu ativamente os diferentes segmentos da escola, a presença maciça das famílias foi extremamente importante, para que pudessem dizer a sua voz e apresentar o modelo de escola que desejam para seus filhos.

O projeto político-pedagógico não garante à escola que se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas é importante reafirmar que o professor

no cotidiano escolar precisa ter uma imagem de autonomia dentro de sua sala de aula, com seus alunos e na relação com a comunidade.

Para realizar um projeto pedagógico, de cunho educativo, a liberdade de ação abre espaço para a criatividade e a inventividade, o sujeito sente-se desafiado a buscar soluções para os problemas.

Todo esse processo amplo de discussão, debate, trocas e interações também fazem parte do currículo, pois segundo CASALI (2004, p. 2), “toda a escola é um organismo vivo, tudo que se passa dentro dela “ensina”, e todas as pessoas que a compõe são permanentemente afetadas e ensinadas”. Nessa perspectiva, nossa concepção de currículo implica pensar a escola na sua totalidade, e não como um instrumento burocrático, estático e engavetado, entende-se como currículo a organização formal e a tudo o que está em curso na escola

O PPP considera e, sobretudo interfere e aprimora nosso currículo, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico desenvolvido em nossa escola, que é voltado para um ensino de maior qualidade, o qual atenda às necessidades e aspirações de toda à comunidade escolar. Por tudo o que já foi dito, constatamos que o Projeto Político-Pedagógico trata-se de um instrumento capaz de garantir o avanço no processo de democratização da nossa escola, bem como da conquista de maior autonomia, visando à busca da melhoria da qualidade do ensino oferecido em nossa unidade escolar.

## Considerações Finais

A relevância do projeto político-pedagógico está na sua função de ajudar a resolver os problemas da escola, transformar a prática e atenuar a resistência, é importante que o coletivo da escola se comprometa em organizá-lo de forma a garantir um trabalho democrático mais efetivo.

Que o trabalho pedagógico que se consolida no ato de ensinar, avaliar, compreender as concepções de aprendizagem e suas implicações na qualidade da educação seja, realmente, orientado pelo projeto político-pedagógico da escola, fruto de um processo de construção coletiva e comprometido com as mudanças.

O trabalho pedagógico participativo é aquele em que todos da escola estão envolvidos, do momento de planejar até o de executar, é oportuno enfatizar também que esse trabalho se apresenta em dois níveis:

- Da escola como um todo;
- Da sala de aula, identificada como ambiente de aprendizagem.

O ato de planejar é um processo dinâmico que sempre é diagnosticado, repensado, recomeçado, analisado e avaliado, para isso, existe a avaliação, é no diagnosticar que se pode ajudar o aluno na construção de sua aprendizagem.

O PPP é uma ferramenta importante de que a escola dispõe para melhorar a qualidade da educação oferecida, a realidade, no interior da escola muitas vezes dificulta o processo de mudança, tal realidade se materializa na falta de recursos que têm sido aplicados na educação e no descaso dos governantes para garantir a sua qualidade.

Para reverter a situação, é necessário também muita vontade política, materializada em ações concretas no cumprimento dos compromissos assumidos com os eleitores, que nossos governantes abracem o projeto de melhoria da escola e inclusão educacional não apenas no discurso político, mas efetivamente nas práticas e ações voltadas para a valorização dos professores e da reestruturação da escola, visando a qualidade de ensino para todos.

O PPP é um projeto, e como tal contém utopias e desejo de mudanças, apresenta uma dimensão técnica, por isso contém objetivos, metas estratégias e caminhos para transformar o que está instituído.

Projeto é projetar ações para realizar mudanças, visando instituir uma nova realidade, a escola com projeto é uma escola instituinte, em transformação e em construção permanente, por fim, todo projeto inovador apresenta dificuldades no início e desperta incertezas e insegurança. Contudo, só podemos mudar se apostarmos na ousadia de fazer diferente, de um jeito novo e melhor e um novo projeto só pode dar certo se houver adesão de toda a comunidade escolar, para juntos, investir na construção de novas idéias.

A comunidade unida pode e deve participar da vida da escola, sugerindo e interferindo em prol da garantia de uma escola de maior qualidade, que atenda aos interesses dos sujeitos nela envolvidos, só assim teremos uma escola com projeto próprio, autentico e norteador da vida escolar.

Além disso, os pais se tornam sujeitos participativos e autônomos, com voz e ação que possam fazer a diferença na vida da escola, a qualidade da educação oferecida em nossa escola dentro desta nova concepção não se restringe à mera concepção de exposição de conteúdos, mas constitui uma prática social que atualiza cultural e historicamente nosso aluno.

A participação da comunidade foi fator decisivo no sucesso da construção do PPP da Escola Municipal Judith Augusta Ferreira, já que foi marcado por momentos ricos em sugestões, em que novas propostas foram concebidas e aceitas por todos.

Os pais inicialmente foram convocados a participar, mas logo depois do conhecimento da causa, as presenças foram quase espontâneas e sempre com o desejo de colaborar e contribuir para a melhoria da escola.

Desta forma o PPP, é um ato educativo que se instituiu na escola, na família e nos grupos sociais, organizados por pessoas que intencionalmente misturam suas vidas com a educação. É importante ressaltar que todo ato pedagógico deve ser dialógico com a sociedade onde se desenvolve com a leitura de mundo para o qual se pretende educar e, ainda, com a concepção de homem que se quer formar.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, A. **Aceita um conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã, v. 8).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 10.127, de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de educação.** Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

CASALI, A. **Para a construção de um projeto pedagógico escolar nas escolas integradas, no âmbito do convênio UP – Mined.** São Paulo: PUC – SP, 2004. (Mimeografado).

CORTELLA, M. S. **Não espere o epitáfio:** provocações filosóficas. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **A escola e o conhecimento** – fundamentos epistemológicos e políticos. 6. ed. São Paulo: Cortez Instituto Paulo Freire, 1998/2002. (Coleção Prospectiva, 5).

FREIRE, P. **A educação na cidade.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical** – Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Cortez/instituto Paulo Freire, 2002.

MACHADO, M. A. A construção do projeto político-pedagógico da escola. In. MINAS GERAIS. PROCAD. **Projeto político pedagógico da escola.** Belo Horizonte: SEE – MG, 2001. (guia de estudo, 3).

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** Uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2004. (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

**ANEXO**

**Adnilson José da Costa  
Telmo Angelo da Cruz**

**PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**BELO HORIZONTE**

**2011**

**Adnilson José da Costa  
Telmo Angelo da Cruz**

**PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Trabalho apresentado como exigência parcial da Sala Ambiente Projeto Vivencial sob a orientação da Professora Viviane Aparecida Rodrigues do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da FAE – Faculdade de Educação da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.**

**BELO HORIZONTE  
2011**

## SUMÁRIO

Introdução .....	4.
Finalidades da Educação .....	7.
Estrutura Organizacional .....	9.
Currículo .....	13.
Tempo Escolar .....	20.
Processos de Decisão .....	25.
Relações de Trabalho .....	29.
Avaliação .....	34.
Considerações Finais.....	37.
Referências Bibliográficas .....	38.

## INTRODUÇÃO

### 1.1. Identificação da escola

A Escola Estadual “Judith Augusta Ferreira”, situada à Avenida Tiradentes, 46, bairro Dom Oscar, foi criada no ano de 1971 pelo Decreto nº. 16.763 de 09/06/1971, conforme publicado no Órgão Oficial do Estado de Minas Gerais, de 10/06/1971, pág. 05, col. 03, tendo como entidade mantenedora o Governo do Estado de Minas Gerais, através da SEE até 15 de março de 1994.

O nome da escola foi dado em homenagem à mãe do Arcebispo de Mariana Dom Oscar de Oliveira, patrono do Bairro.

A inspetora de ensino, Sr<sup>a</sup> Neusa Fernandes Rocha Dinis foi a primeira responsável pela escola, no período de fevereiro de 1971 a julho de 1973. A partir de agosto de 1973 passou a ser dirigido por Maria Aparecida Andrade Moura, permanecendo no cargo por 17 anos.

O prédio onde a Escola iniciou suas atividades foi cedido pela COHAB-MG, antigo galpão de obras das Casas populares do Bairro adaptado com 2 salas de aula, 2 sanitários, 1 cantina e 1 sala onde funcionava o gabinete. Em 1973 a Prefeitura Municipal construiu mais 2 salas de aula. Em Março de 1981 a escola passou a funcionar em prédio próprio construído pela Carpe, contando com 14 salas de aula, sala de: professores, diretoria, secretaria, supervisor, orientador, dentista com o gabinete dentário e equipamentos, práticas agrícolas, laboratório, depósitos, cantina, num total de 32 dependências. Em 1982 foi construída a quadra poliesportiva com objetivo de incentivar o esporte entre os alunos e atender também a comunidade.

A partir de 16/03/1994, através do Convênio celebrado entre a SEE e a Prefeitura Municipal de Congonhas, datado de 28/09/1993, com base legal no Convênio de Municipalização – Resolução 7.404, foi transferida para a Prefeitura Municipal de Congonhas. Passa então denominar-se Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira”, conforme publicação no MG do dia 16/03/1994, pág. 13, col. 02.

A escola conta com 95 funcionários atendendo a 927 alunos da Série Inicial de Alfabetização ao Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) 1ª e 2ª etapas.

Atualmente, a equipe Administrativa-Pedagógica é composta por um Diretor, dois vice-diretores, duas pedagogas, uma secretária e uma bibliotecária.

Contamos também com alguns profissionais que circulam em toda a rede de ensino de Congonhas ministrando oficinas como pinturas em tecido e tela, construção de bijuterias, desenhos, música e bordado.

## **1.2. Condições gerais para elaboração do Projeto Político Pedagógico**

A elaboração do Projeto Político Pedagógico tem como objetivo definir a missão da escola, sua filosofia, elaboração de um currículo adequado, as formas de avaliação, os valores a serem trabalhados, suas metodologias, as concepções, os direitos, os deveres, bem como as relações interinstitucionais.

Somente com a participação de todos os segmentos: pais, funcionários, alunos, comunidade, poderemos ter uma missão definida do que queremos e assim conhecer a exata dimensão da distância entre a escola real, para podermos construir, elaborar propostas palpáveis, estratégias possíveis.

A grande maioria dos alunos mora em casa própria, prevalecendo casas com no máximo 4 cômodos. Ainda possuem casas sem água encanada. Todas as casas possuem energia elétrica e os aparelhos domésticos mais freqüentes são: chuveiro, ferro elétrico, televisão, geladeira e fogão a gás. Boa parte das famílias recebem ajudas do governo para se manterem e passam por dificuldades financeiras, e, acredita-se que isto afeta diretamente no aprendizado dos alunos.

O tempo gasto das casas até a escola varia entre 10 min e 40 min, sendo predominante o tempo de 10 min, ou seja, a maioria dos alunos reside próximo à escola, nos bairros: Lucas Monteiro, Basílica, Residencial Gualter Monteiro, Cristo Rei, Fonte dos Moinhos, Vila Rica, Barro Preto, Dom Oscar e outros.

A idade dos pais varia entre 37 e 40 anos e o grau de escolaridade da maioria é de Ensino fundamental incompleto, com alguns possuindo Ensino

Médio e um número mínimo Ensino Superior. Observa-se também um pequeno índice de analfabetismo.

A grande maioria é proveniente de famílias de baixa e média renda, predominando a renda mensal entre um a três salários-mínimos. Encontramos ainda, algumas famílias sem nenhuma renda fixa. A maior parte dos pais são trabalhadores de empreiteiras, exercendo funções diversas.

Percebe-se que os alunos de 1º ao 5º ano, recebem acompanhamento frequente dos pais em casa; já os de 6º ao 9º ano não contam com o mesmo atendimento, apesar dos responsáveis julgarem importante. A maioria dos professores acredita que o ensino oferecido nesta escola é muito bom e que os alunos estão com notas baixas, devido à falta de interesse, indisciplina, falta de acompanhamento dos alunos em suas dificuldades e falta de ajuda dos pais.

No momento da construção do Projeto Político Pedagógico tivemos a oportunidade de tomarmos consciência dos principais problemas da escola, das possíveis soluções e o momento para definir as responsabilidades coletivas e pessoais para tentarmos acabar ou amenizar as falhas detectadas. Buscar uma escola de qualidade é tarefa e dever de quem se compromete com a educação pública. A direção da escola marcou assembleias com seus conselhos (Conselho Pedagógico-Administrativo, Conselho de Classe, Colegiado e Grêmios Estudantis) e convidou demais membros da comunidade escolar para participar. A aceitação foi muito boa fazendo com que chegássemos a conclusões bastante próximas da realidade da comunidade escolar.

A proposta pedagógica é tudo isso: a escola em busca do saber transformando-o em matéria-prima e adequando-o às condições reais de seus alunos, transformando o conhecimento em competências e formando o cidadão para o próximo milênio (MELLO, 2010, pág. 3).

O projeto político pedagógico dá mais segurança às escolas. Através dele escolhem-se os melhores caminhos, obtém-se rumo. Quando entrelaçamos todos os personagens de uma escola conseguimos trazer junto à responsabilidade de cada um. Ouvir os envolvidos, buscar na história elementos importantes, exercitar a gestão democrática, fortalecer conselhos escolares e grêmios estudantis, fazem com que consigamos trabalhar com a realidade de cada escola em específico e educar baseado nas condições reais

dos alunos, voltados para a aprendizagem de todos os alunos e formando, acima de tudo, cidadãos.

## **FINALIDADES DA EDUCAÇÃO**

A tarefa da escola é promover a criação do conhecimento, para isto, é preciso que ela supere as formas tradicionais de sua prática, organização e promova a implantação da gestão democrática. Desta forma a Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira”, passa a ter como finalidade a formação do aluno com o domínio das novas tecnologias, baseadas em competências na leitura e na escrita, com o domínio da técnica da informação. O projeto político pedagógico da escola apresenta-se como alternativa de articulação dos interesses da comunidade escolar, com políticas educacionais pautadas não somente em interesses econômicos, mas também na formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

De acordo com os parâmetros curriculares nacionais (1998) a Escola Municipal Judith Augusta Ferreira assume como função da escola democrática e inclusiva o desafio de fazer aprender, partindo do pressuposto de que todos podem aprender. Tendo como premissa que mais importante do que ensinar é fazer aprender.

Trabalhar com as diferenças, com compromisso com a formação do ser humano e com o desafio de fazer aprender, levando em conta as diferenças individuais dos nossos alunos, respeitando as características e o ritmo de cada um.

Promover a inclusão social, através da construção do conhecimento, isso significa que o conhecimento não é algo pronto e acabado é necessário considerar o conteúdo dos livros, das pesquisas, mas é de extrema importância considerar os conhecimentos e as experiências dos alunos.

Estabelecer o aluno como sujeito do processo do conhecimento, não como mero depositário dos conhecimentos acumulados pela humanidade, sendo parte integrante do processo educacional, com uma interação

permanente para a necessária aquisição do conhecimento com suas habilidades e competências.

O projeto político pedagógico da Escola Municipal Judith Augusta Ferreira usa como referência a LDB/96, no art. 3º, item VII, que reafirma as bases da gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino. E também os artigos 12 a 15 da mesma lei que reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, com base na autonomia pedagógica concedida a escola. O sistema municipal de ensino de Congonhas adota a linha progressista de educação, que segundo Paulo Freire (1996) é uma linha que tem vocação para a autonomia, com responsabilidade e coerência e sempre com a tarefa de desocultar verdades.

Foi adotada a prática de ensino por projetos, que se constituiu em uma inovação, foi necessário mudar as atividades, envolver a equipe escolar na execução dos projetos, respeitar as experiências prévias dos alunos, mudar a postura de todas as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem, com mais abertura e flexibilização quanto ao uso de estratégias, sempre envolvendo um trabalho coletivo.

A escola utiliza como base a pedagogia de projetos fundamentada na obra de Paulo Freire, que trata do envolvimento da equipe escolar nas diferentes fases da operacionalização do ensino por projetos, sensibilização, definição de objetivos, implantação, desenvolvimento e a avaliação dos projetos propostos.

## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **Estrutura Administrativa**

A equipe pedagógica é formada pelo diretor, duas vice-diretoras, uma supervisora e uma orientadora, sendo que todas são pedagogas. Todos na equipe pedagógica possuem pós-graduação na área educacional.

A caracterização do Corpo Docente foi feita através de questionário distribuído aos professores das séries iniciais de alfabetização até o 9º ano do Ensino Fundamental. A escola conta com 53 professores: 23 são de Ensino Fundamental das séries iniciais, sendo 14 efetivos e 09 contratados e 30 são do Ensino Fundamental das séries finais, sendo 25 efetivos e 05 contratados.

A escola possui um número suficiente de funcionários, e com boa divisão de tarefas entre eles. As cantineiras e faxineiras trabalham em turnos de seis horas e realizam rodízios entre elas. O zelador realiza trabalhos de manutenção do espaço físico da escola e auxilia os alunos na manutenção da horta. As bibliotecárias são atenciosas e realizam projetos de leitura em seus respectivos turnos. Os demais auxiliares de serviços atuam como inspetores de alunos, controle de almoxarifados, controle de entrada e saída de pessoas dentro da escola, recepção dos alunos entre outros. A escola possui um serviço terceirizado de vigilância que tem por finalidade manter, em perfeito estado, o patrimônio público que se encontra dentro da escola.

A escola está em boas condições de funcionamento, exceto alguns problemas de infiltrações nos banheiros e em duas salas de aula. Recentemente o auditório foi pintado e reformado e novas carteiras foram adquiridas. Dois laboratórios de informática (um deles específico para Educação Infantil e Ensino Fundamental de Séries Iniciais) estão ajudando na inclusão digital dos alunos e da comunidade escolar. A biblioteca é comunitária, possui um grande número de exemplares e muitos recursos para pesquisa recebendo um grande número de visitantes diariamente. A quadra poliesportiva é pequena e não está coberta, mas está pintada e em boas condições. A sala

de vídeo é bem equipada, auxiliando na melhoria de práticas pedagógicas da escola. A escola está passando por um processo de revitalização do ambiente, onde está sendo desenvolvido o “projeto Revivendo: Renovando o Judith Augusta no verde, na Vida e na História”, pelos alunos do 9º ano que estão reestruturando os jardins da escola e trabalhando na implantação da área de preservação ambiental, projeto agenda 21 escolar.

A merenda escolar é de excelente qualidade, controlada por uma nutricionista. No cardápio apresenta, entre outros alimentos mais comuns, carne em grande quantidade, frutas de vários tipos e sobremesa. O seu almoxarifado é bem ventilado e com espaço suficiente para receber toda a mercadoria.

Os recursos financeiros que dispõem a escola provem de verbas governamentais e recursos conseguidos pela própria escola. Os recursos vindos de órgãos públicos que a escola recebe atualmente são: Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), onde a escola envolveu a comunidade escolar para desenvolver um plano de ação com o intuito de melhorar a prática do ensino aprendizagem; o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que auxilia, anualmente, na aquisição de bens de consumo permanentes; Projeto Vale Juventude (PVJ), um projeto da empresa Vale que desenvolve trabalhos relacionados à afetividade sexual de crianças e adolescentes e problemas relacionados ao dia a dia da escola. O único recurso proveniente da escola vem da festa junina. Todos esses recursos são administrativos por um Conselho Pedagógico Administrativo e um Colegiado Escolar.

### **Estrutura Pedagógica**

As turmas são organizadas com média de 30 alunos por turma, adotando, inicialmente o critério de idade dos alunos e, logo após, o critério de graus de dificuldade de aprendizado. As turmas onde os alunos possuem maior dificuldade de aprendizagem são feitos planejamentos mais específicos, buscando atender as necessidades de cada turma. Participam da enturmação o diretor, as vice-diretoras, as pedagogas e professores. Para a distribuição

das turmas para os professores é dado o direito a equipe de liderança escolher para qual das turmas irá cada professor. Algumas escolhas são feitas baseadas no perfil do profissional e outras são baseadas na avaliação de desempenho do ano anterior.

A carga horária mínima atual é de 800 horas, o que requer 200 dias letivos. A recuperação final e as recuperações paralelas (realizadas durante o ano letivo) não são contadas nessas horas.

O nosso modelo pedagógico de educação visa o desenvolvimento integral e a construção da autonomia do aluno. Por essa razão, optamos pela pedagogia de projetos, baseada na obra de Freire (1996), por considerarmos que ela possibilita, ao professor e aos alunos, um papel ativo na construção do planejamento político pedagógico.

Isso ocorre porque os temas abordados nos projetos não são determinados pela coordenação pedagógica ou a direção do estabelecimento de ensino ou documentos oficiais. São definidos através de decisão coletiva da equipe escolar, atendendo às expectativas e curiosidades, em sintonia com a nossa sociedade, levando em consideração a cultura da nossa comunidade e o conhecimento individual de cada um de nossos alunos. Freire (2002, P. 33-34), cita que,

“por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?”

No decorrer do ano letivo são desenvolvidos projetos por vários professores, nas áreas da leitura, escrita, meio ambiente, ciências da natureza, das letras, ciências sociais e das artes. Nosso objetivo é a construção do conhecimento, e a aprimoração do fazer aprender, através de um ensino cada vez mais autônomo.

Ao professor, vem o incentivo de concorrer no final do ano, ao prêmio “Mérito Pedagógico Paulo Freire”, de autoria da secretaria municipal da educação, que premia os melhores trabalhos nas categorias, educação infantil,

ensino fundamental 1º ao 5º ano, e 6º ao 9º ano e a educação de jovens e adultos, entre as escolas do município de Congonhas.

Dentre os projetos já implantados, iniciamos o projeto “ambiental Agenda 21 escolar”, com uma cartilha já pronta contendo as principais metas assumidas pelos países membros da organização das nações unidas pela preservação do planeta pelos próximos 100 anos. Documento montados no Rio de Janeiro em 1992, em uma conferência internacional.

Temos como objetivo mostrar ao aluno que ele é parte integrante do meio em que vivemos, tendo desta maneira que tomar posse, e perceber que o meio ambiente é seu patrimônio, e por este motivo ele deve cuidar bem dele, e assim implantamos nossa área de preservação ambiental no interior da escola, com recursos do MEC e da escola, e desenvolveremos ações educativas de educação patrimonial e ambiental.

Neste mesmo projeto iremos trabalhar a educação patrimonial, citando meios de valorização histórica e de preservação do patrimônio artístico e cultural de Congonhas, são obras barrocas do Aleijadinho e que representa o maior conjunto barroco do Brasil.

Dentre as praticas pedagógicas da escola enfatizamos a rejeição a qualquer forma de discriminação, a aceitação do novo, priorizando a pratica do ensino-aprendizagem, sempre trabalhando meios de fazer o aluno aprender.

Paulo Freire (2002, P.39), diz que,

“é próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como critério de recusa do velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.”

Acreditamos que, apenas com as práticas pedagógicas tradicionais não conseguiremos atingir a educação plena de nossos alunos. Precisamos, então, explorarmos cada vez mais as novidades tecnológicas e pedagógicas, visando uma escola moderna, inovadora e inclusiva, levando em consideração o mundo cada vez mais exigente em que vivemos.

## CURRÍCULO

A Escola Municipal Judith Augusta Ferreira recebe orientações vindas da Secretaria Municipal de Educação, que incentiva a autonomia de cada escola na elaboração de seu currículo, que deve ser organizado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em nosso currículo levamos em consideração as recomendações legais, os ideais e a cultura de nossas instituições, as demandas sociais e éticas da sociedade, de nossos alunos e de suas famílias e, por fim, as expectativas, projetos e ações de nossa comunidade escolar. Assim adotamos, a concepção de currículo como conjunto de experiências e atividades escolares, intencionais ou não, envolvendo professores, alunos e equipe técnica, todos mobilizados em torno da formação integral do aluno como cidadão crítico e responsável.

Tendo em vista essa concepção, faz-se mister um planejamento curricular reflexivo, com especificação clara de objetivos, conteúdos culturais e formas de organizá-los, atividades de ensino-aprendizagem, avaliação, referências e recursos didáticos. Não é demais lembrar que esse planejamento assenta-se nas diretrizes curriculares emanadas do Conselho Nacional e Estadual de Educação e vale-se dos Parâmetros Curriculares (1998) como referência privilegiada para o estabelecimento de conteúdos de caráter universalista.

Os princípios fundamentais que norteiam o currículo de nossa unidade de ensino são: pertinência de conteúdos e ações; valorização da diversidade cultural; flexibilidade; articulação horizontal e vertical; diversificação de estratégias e recursos didáticos.

Considerando que o currículo da escolaridade básica, em sua totalidade, deve contemplar todas as dimensões da formação humana, julgamos conveniente enfatizar as competências que devem ser formadas ao longo dessa escolarização. Para determinar essas competências baseamos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1988) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). São elas:

1 - Competência para ler, escrever, interpretar, estabelecer relações, exercendo tais domínios no contexto em que se insere.

No século XXI será necessário o domínio cada vez maior da leitura e da escrita (letramento) para sobreviver e trabalhar eticamente na sociedade.

2 – Competência para resolver problemas e desafios, levando hipóteses, fazendo cálculos e estimativas.

No mercado competitivo e no mundo, calcular e resolver problemas são conceitos distintos. Enquanto calcular é fazer operações utilizando dados evidentes numa determinada situação, resolver problemas é tomar decisões fundamentais em todos os domínios da existência humana, contando ou não com a disponibilidade de dados.

3 – Competência para analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações, expondo o próprio pensamento através da linguagem oral e escrita.

Para participar ativamente da vida em sociedade, é necessário capacitar os alunos para a interpretação de símbolos, signos, dados, códigos e outras formas de expressão simbólica.

4 – Competência para compreender e atuar nos espaços sociais, respeitando as normas de convivência e as regras estabelecidas, construindo a sua autonomia e cidadania.

Adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito, praticando o diálogo como mediador de conflitos, e tomando decisões coletivas, o aluno está exercendo a compreensão da cidadania de forma consciente, crítica e reflexiva.

5 – Competência para receber e selecionar criticamente os meios de comunicação, interagindo com as diversas linguagens expressivas, para que se possam criar formas novas de pensar, sentir e atuar no convívio democrático.

Os meios de comunicação produzem e reproduzem novos saberes, éticas e estilos de vida, por isso é preciso desenvolver o espírito crítico, para não se deixar manipular.

6 – Competência para pesquisar o conhecimento em fontes diversas e saber usá-lo para resolver problemas, para interferir na sua conduta pessoal e coletiva.

Cada vez mais aumenta a velocidade com que os dados circulam e se tornam obsoletos, por isso é preciso saber localizá-los e, principalmente, usar as informações de modo competente.

7 – Competência para planejar, trabalhar e decidir em grupo, assumindo a identidade deste, respeitando o consenso, confrontando ideias, revendo a própria postura.

Ninguém surge sozinho. Ninguém se faz por si só. Trabalhar, planejar e decidir em grupo requer competência emocional, política e técnica, por isso é preciso ter claros esses objetivos, num projeto pedagógico atento à eficácia de seu processo.

Apresentadas às competências, segue-se à explicitação das propostas por nível de ensino: Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e Séries Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Baseado no art. 23 da LDB-9394/96 “O Ensino Fundamental com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais.”

#### A. Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Na organização do currículo do Ensino Fundamental serão observados aspectos definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias. Para que isso ocorra, faz-se necessário uma atuação que propicia o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

As capacidades de ordem física estão associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, ao autoconhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança.

As capacidades de ordem cognitiva estão associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar, o uso e apropriação de formas de representação e comunicação envolvendo resolução de problemas.

As capacidades de ordem afetiva estão associadas à possibilidade de produção artística e apreciação desta produção oriundas de diferentes culturas.

As capacidades de ordem ética estão associadas à possibilidade de construção de valores que norteiam a ação das crianças.

As capacidades de relação interpessoal estão associadas à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social. Isso implica aprender a conviver com as diferenças de temperamentos, de intenções, de hábitos e costumes, de cultura etc.

As capacidades de inserção social estão associadas à possibilidade de cada criança perceber-se como membro participante de um grupo de uma comunidade e de uma sociedade.

Para que se possa atingir os objetivos é necessário selecionar conteúdos que auxiliem o desenvolvimento destas capacidades.

Os conteúdos abrangem, para além de fatos, conceitos e princípios, também os conhecimentos relacionados a procedimentos, atitudes, valores e normas como objetos de aprendizagem. A explicitação de conteúdos de naturezas diversas aponta para a necessidade de se trabalhar de forma intencional e integrada com conteúdos que chamamos de interdisciplinaridade.

## B. Ensino Fundamental dos Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos

Tendo-se como referência os já explicitados princípios fundamentais que norteiam a realização do currículo em nossa unidade de Ensino, de forma especial, a necessária busca de adequada articulação horizontal e vertical dos conteúdos, e, as já também explicitadas competências que devem ser formadas ao longo dessa escolarização, ressaltamos que as propostas para os componentes curriculares no Ensino Fundamental serão apresentadas conforme a Matriz Curricular.

Ciências: Viabilizar o Ensino de Ciências naturais como meio para a compreensão do cotidiano e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e socioafetivas do aluno. A aprendizagem escolar deve envolver conteúdos

relevantes à vida em sociedade, favorecendo uma educação voltada para o desenvolvimento integral do aluno e o exercício da cidadania.

Educação Artística: Deve ser situada a necessária especificidade da educação Artística e sua correlação vital com outras matérias. As atividades de educação Artística integram o processo de construção da aprendizagem como conhecimento específico, tão importante quanto às outras áreas que constituem o Currículo Escolar. Sua especificidade, incentivando descobertas, valores e expressões em Artes Visuais, Artes Cênicas, teatro, Dança e Música. Realiza um processo que contata com possibilidades de transformar a existência, mudar referências e construir novos caminhos.

Educação Física: Considerar a Educação Física como meio e fim educacionais e área de conhecimento que estuda o movimento humano concretizado em diversas práticas culturais (Jogos, brincadeiras, esportes, ginásticas, danças, artes cênicas, artes marciais, etc.), que representam a unidade indissolúvel do corpo e a relação entre sujeitos em dado contexto social – cultural – histórico. Ela deve ser orientada visando qualidade de vida, ludicidade, criticidade, criatividade, integração e ética.

Geografia: Consolidar o papel da ciência geográfica na educação e sua importância para uma formação cidadã, crítica e participativa nestes tempos de descobertas e crises que marcam o início do século XXI. Por muito tempo, a Geografia traduziu-se pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, sem estabelecer associações entre o espaço vivido pelos grupos sociais e as relações de produção e organização que nele acontecem. Portanto, esperava-se dos alunos um procedimento meramente descritivo e de memorização.

História: Criar condições para o aluno compreender e pensar o mundo no qual se insere, desenvolvendo competências cognitivas e habilidades instrumentais próprias do campo histórico. Deve ser um ensino de caráter mais formativo que informativo.

É consensual a impossibilidade de estudar a história de todos os tempos e sociedades. Torna-se necessário fazer seleções baseadas em determinados critérios para estabelecer a serem ensinados (...). Na escolha dos conteúdos, a preocupação central deve ser a de propiciar aos alunos o dimensionamento de si mesmos e de outros indivíduos e grupos nas suas temporalidades históricas. (PCNs, 1999, p. 45)

Língua Portuguesa: Ler, escrever, falar e escutar são habilidades que nos permitem agir no mundo que nos cerca e com ele interagir. Por isso, quanto mais conhecemos a linguagem e as inúmeras possibilidades de usá-la, tanto melhor nos expressamos e compreenderemos a expressão dos outros.

O homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, manipula, partilha ou constrói visões do mundo, produz conhecimento quando domina a linguagem oral e escrita, interage efetivamente na sociedade em que vive em diversas situações, lendo, interpretando, refletindo, criticando, redigindo, usando a palavra de acordo com os papéis sociais que lhe são exigidos.

A utilização dessa prática pedagógica exige o contato do aluno com textos diversificados e de qualidade, interpretação e construção do sentido dos textos, abrangendo questões que procurem abordar o que diz o texto, como ele é estruturado, quem o produziu, por que e para quem o teria escrito, além do estudo e dos seus recursos expressivos e coesivos.

Deve-se visar a um saber lingüístico amplo, tendo a comunicação como base das ações. Comunicação aqui entendida como um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, usando a língua como instrumento que o define como pessoa entre pessoas. (PCNs, 1999, 17)

Literatura: despertar o interesse dos alunos pelas obras de autores portugueses e brasileiros, enriquecendo suas sensibilidades e seu conhecimento literário histórico.

Matemática: o trabalho deve estar vinculado ao contexto da vida real, propiciando o desenvolvimento do raciocínio e criando estratégias de resolução de problemas, para aplicabilidade diante dos desafios da vida. A sabedoria que deve inspirar a prática das descobertas a serem feitas e compreendidas no processo da construção da aprendizagem passa pela competência para resolver problemas e desafios, levando hipóteses, fazendo cálculos e estimativas, analisando, sintetizando e interpretando dados, símbolos e códigos.

A matemática tem seu valor formativo, que ajuda a estruturar o pensamento e o raciocínio desempenhando também papel instrumental, revelando um conjunto de técnicas e estratégias para

aplicação em outras áreas do conhecimento, e para a atividade profissional. (PCNs, 1999, p. 58)

Ensino Religioso: Tornar os alunos mais humanos e dispostos à prática da alteridade, ligados ao transcendente de forma a combater o processo de crise de valores e conhecimentos que se apresenta na sociedade pós-moderna.

Língua Inglesa: O ensino de Língua Inglesa procura desenvolver no aluno as seguintes competências: ler e compreender textos em inglês; interagir comunicativamente em contextos situacionais com a sua idade, formação e interesse, observando o equilíbrio entre fluências e correção; redigir pequenos parágrafos descritivos e narrativos.

## TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal Judith Augusta Ferreira funciona em três turnos (manhã, tarde e noite) com um total de 33 turmas, entre Educação Fundamental de Séries Iniciais e Finais e Educação de Jovens e Adultos.

A Escola se preocupa muito com o tempo, pois achamos que este influencia diretamente na aprendizagem do aluno e fazemos reuniões periódicas para tratar do assunto. A preocupação com este eixo é constante e nos remete a envolver toda a comunidade para discussões a respeito. Entendemos como Pinto (2001, p. 60) que diz:

O tempo – uma das variáveis mais importantes da organização escolar – acaba por intervir e condicionar definitivamente o modelo de intervenção didática que se pretende implementar no seu dia a dia.

No turno da manhã está o Ensino Fundamental das Séries Finais (6º ao 9º ano) num total de 14 turmas. As aulas têm início às 7h e terminam às 11h e 30 min. Antes do início das aulas os alunos recebem um café da manhã que começa a ser servido às 6h e 40min e termina assim que se iniciam as aulas. Os horários de aulas são de 50min num total de 5 horários por dia. O recreio acontece às 9h e 30min, e tem duração de 20min.

No turno da tarde está o Ensino Fundamental das Séries Iniciais (1º ao 5º ano) num total de 14 turmas. As aulas têm início às 12h e 40min e terminam às 17h. Da mesma maneira que no turno da manhã, os alunos recebem uma alimentação inicial quando chegam à escola. Os recreios são divididos em dois e tem duração de 20 min.

No turno da noite está a Educação de Jovens e Adultos que inicia às 19h e termina às 21h e 45min.

Existe uma discussão interna entre os profissionais da escola em relação ao horário de recreio que seria relevante ser relatada. Os alunos desta escola gastam praticamente todo o tempo de recreio com alimentação e deixam de praticar várias atividades propícias ao horário que seriam benéficas ao seu desenvolvimento. Enquanto gastam o tempo se alimentando, porque alguns alunos, principalmente os alunos da tarde vêm a escola sem

alimentação, deixam de brincar, se socializar, relaxar, ou simplesmente extravasar o tempo que ficaram em atividades monitoradas.

No momento a escola está discutindo o problema com a Secretaria Municipal de Educação e propondo algumas mudanças. Estamos estudando a possibilidade da criação de um horário de almoço na escola que atingiria o 1º e 2º turno, no horário de saída do 1º e entrada do 2º. Dessa forma os alunos se aterão mais as atividades normais de todo recreio. O importante seria mudar rotinas como são mencionadas por Brandão,

Brincar hoje nas escolas está ausente de uma proposta pedagógica que incorpore o lúdico como eixo do trabalho infantil. (...) Em qualquer época da vida de crianças e adolescentes e porque não de adultos, as brincadeiras devem estar presentes. Brincar não é apenas de criança pequena, erra a escola ao subsidiar sua ação dividindo o mundo em lados opostos: de um lado o jogo da brincadeira, do sonho da fantasia e do outro: o mundo sério do trabalho e do estudo (BRANDÃO, 2004, 23).

Modificar a rotina da escola envolve várias variáveis que vão desde mudanças nos horários dos funcionários (que, às vezes, já são acostumados a um mesmo horário a muitos anos) até mudanças pedagógicas no tempo das atividades dentro e fora de sala de aula, pois o objetivo principal seria a melhoria da aprendizagem dos alunos.

A biblioteca da escola recebe a comunidade durante todo o período de funcionamento da escola. Os alunos voltam além do seu turno para aulas de reforço; para monitorias realizadas por alunos ou até mesmo pelos professores; para participar do projeto Arte na Escola, que ensina várias atividades envolvendo cultura e arte; para atividades esportivas e outras. Para que isso aconteça sem prejudicar o turno que efetivamente estará recebendo as aulas do período normal, a equipe de liderança disponibiliza horários para cada uma dessas atividades.

As turmas de 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos de 1ª etapas (1ª a 4ª série) contam com um professor que ministra todas as disciplinas e mais dois profissionais específicos que ministram Educação Física e Língua Estrangeira (Inglês). Os alunos de 6º ao 9º ano tem a sua disposição um professor para cada disciplina.

O planejamento das atividades é feito, inicialmente, dois dias antes do ano letivo e a este chamamos de planejamento geral. Neste momento a equipe pedagógica, a direção, os professores e funcionários planejam suas ações para todo o ano de forma bem geral. Os professores procuram se integrar entre si e elaborar projetos que busquem a interdisciplinaridade. No decorrer do ano, este planejamento é adequado as necessidades e imprevistos que podem, por ventura, acontecer.

As reuniões pedagógicas nesta escola acontecem uma vez por mês e se dão aos sábados. Neste momento, direção e equipe pedagógica discutem com os professores os problemas e propõem soluções. O momento é bem rico, haja vista que durante a semana, no horário de aula, é impossível o encontro de todos os professores. Para organização deste momento, inicialmente a direção da escola trata de assuntos comuns a todas as modalidades de ensino e logo após dividimos os professores em duas equipes: Equipe A - Educação Infantil e 1º ao 5º ano e Equipe B – 6º ao 9º e EJA. Assim, cada pedagoga trabalha com uma equipe voltada para suas necessidades específicas e são supervisionadas e orientadas também pela direção. Neste momento são criados muitos projetos, atividades complementares, auditórios, competições esportivas, trabalhos voltados ao meio ambiente e a cidadania e até trabalhos com os pais e comunidade.

Nesses sábados também reunimos os profissionais da área administrativa (bibliotecárias, secretárias, cantineiras, faxineiras e auxiliares de serviços) pois acreditamos que estes também são responsáveis pela educação de todos os nossos alunos.

A equipe de liderança (diretor, vice-diretores e pedagogas) se encontra semanalmente (segunda-feira) e sempre que necessário para discutir sobre necessidades pedagógicas e administrativas. Neste momento tem-se a oportunidade de tratar assuntos de relevância para a escola com toda a equipe de liderança reunida e pensando juntos nas soluções de problemas e na análise de projetos apresentados pelos professores e funcionários.

Outro momento de planejamento acontece quando toda a comunidade escolar se envolve na realização do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), programa de esfera federal que a escola participa já há dois anos. Aqui são criados planos de ação para serem executados ao longo do ano

e tem como maior qualidade o exercício direto da gestão democrática, pois convoca toda a comunidade escolar a participar diretamente dos processos de educação dos alunos.

Semanalmente a equipe de liderança (direção, vice-direção e pedagogos) se encontra para discutir sobre problemas relacionados ao dia-a-dia da escola. Essa reunião se faz necessária uma vez que a equipe de liderança não se encontra num todo durante o dia, pois trabalham em turnos diferentes: uma pedagoga trabalha nos turnos da manhã e noite e a outra trabalha no turno da tarde; as vice-diretoras trabalham em turnos alternados e o diretor atende horários de acordo com as necessidades do dia.

Mensalmente os professores são convocados, individualmente, para uma conversa com a equipe de liderança. Este é um momento muito rico, pois os profissionais têm a oportunidade de mostrar suas vitórias e também demonstrar suas insatisfações. A equipe de liderança, por sua vez, tem a oportunidade de monitorar as atividades que estão sendo lecionadas e observar se estão em consonância com as práticas concordadas em planejamento anterior.

Os conselhos escolares, o colegiado e o grêmio estudantil participam diretamente das decisões envolvendo tempo escolar. Os conselhos são convocados duas vezes ao ano, já previsto em calendário, e várias vezes quando há a necessidade.

A Educação de Séries iniciais possui uma organização do tempo mais intensa que a de Séries Finais. Os alunos têm horário para utilização do parquinho, de utilização das mesas educacionais de informática, de recreação, de leitura e de vídeo. Todas essas atividades já fazem parte do cronograma diário desses alunos. Nas séries finais é estimulado o uso das novas tecnologias como computadores, data show, sala de vídeos e multimeios e, para que todos os professores tenham acesso e programem suas atividades faz-se o agendamento dos mesmos.

As quadras poliesportivas e o pátio recreativo são usados durante todo o tempo e são agendados conforme aulas de educação física, recreações, aulas diferenciadas e atividades extraturno como as aulas de pintura em tela.

A Educação de Jovens e Adultos funciona no noturno com duração de três anos. A faixa etária dos alunos é bastante variada começando pela

idade de quinze anos. Seus professores são os mesmos professores que trabalham com o 6º ao 9º ano no turno da manhã, mas o trabalho é feito de maneira diferenciada e visando projetos que são específicos para a modalidade de ensino. A pedagoga que fica responsável pelo atendimento destes alunos e professores é a mesma que faz seu trabalho com o 6º ao 9º ano.

A atenção com estes alunos é bastante especial, tendo em vista que a comunidade apresentava um alto índice de analfabetismo e de baixa escolaridade. Hoje conseguimos reduzir bastante esta distorção e, portanto, mantemos nossa atenção para que um dia não precisemos oferecer esta modalidade. Atentos também a evasão, começamos a oferecer o que chamamos de PROEJA, que é uma EJA com formação profissional, onde o aluno consegue a formação no Ensino Fundamental e profissional na área de Estrutura de Alvenaria e Soldagem. Os alunos têm procurado bastante estes cursos conhecendo suas vantagens em relação a formação profissional e também em relação a sua duração que passa de três para dois anos.

Nesta luta pela diminuição da evasão a escola começa conseguir resultados, pois o número de alunos que evadiram na EJA passou a ser relativamente baixos, girando em torno de 10% (número que antes chegava até a 62%).

Assim, analisar o tempo da escola tem sido um desafio e um trabalho constante, pois acreditamos que este é um eixo que ainda precisa melhorar bastante na escola, pela sua importância no processo de ensino aprendizagem. Análises neste eixo ainda acontecerão desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, mas, o mais importante são os resultados que já foram conquistados, o que nos faz entender que estamos no caminho certo.

## PROCESSOS DE DECISÃO

Todos os processos de decisão da escola devem estar pautados em um processo de gestão democrática que tenha a efetiva participação dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários. A autonomia administrativa da escola é fator decisivo nos processos de decisão, sempre considerando as diretrizes básicas do sistema de ensino (NEVES, 1995, p.99) “diz que a autonomia da escola não deixa de ser autonomia por considerar a existência e a importância das diretrizes básicas de um sistema nacional de educação”.

Dessa forma a Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira” conta com os mecanismos de tomadas de decisão que são partilhadas e coletivas, no ano de 2000 foi criado o conselho escolar que é um canal de participação e instrumento de gestão da escola. As reuniões do conselho escolar acontecem mensalmente, ou por convocação sempre que necessário. São discutidos assuntos de caráter pedagógico, administrativo financeiro e disciplinar, também é feita a avaliação do planejamento e do funcionamento da escola e decisões são tomadas através das deliberações deste conselho.

Neste mesmo sentido, também foram criados a associação de pais e mestres o conselho de classe e o grêmio estudantil.

### **Associação de pais e mestres**

A associação de pais e mestres constitui-se de uma instância de participação da comunidade na escola, são discutidas as formas de inserção do aluno no meio estudantil, sua evolução no que diz respeito às práticas de ensino-aprendizagem.

Constitui-se também em uma forma de aproximação entre os pais e a escola, porque são nestes momentos que os problemas administrativos são discutidos e parcerias com as famílias são implementadas, que se constituem em pequenas reformas, organização de eventos, culminância de projetos, limpeza e organização da escola.

As reuniões da associação de pais e mestres acontecem mensalmente, e torna-se oportuna para incentivar as famílias a participar da discussão, reflexão e buscar soluções para os problemas da escola. Sua implantação ocorreu em 2007 através de sugestão da secretaria municipal de educação, com eleição dos cinco representantes dos pais, cinco professores e também com a direção da escola.

### **Conselho de classe**

Constitui-se de mecanismo de participação da comunidade no processo ensino-aprendizagem desenvolvido na unidade escolar “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objetivo o estudo do processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual se desenvolve o processo de trabalho escolar” (DALBEN, 1995, p.16).

Neste sentido entendemos que o conselho de classe não é uma instância que tem como função reunir-se ao final de cada trimestre ou do ano letivo para definir aprovação ou reprovação dos alunos. A sua atuação ocorre em um espaço de avaliação permanente, e tem como objetivo avaliar o trabalho pedagógico e as atividades da escola. O conselho de classe desempenha importante função no âmbito escolar é nesta instância, que se verifica como acontece o processo de ensino aprendizagem, o trabalho do professor, o desenvolvimento do aluno e de toda equipe escolar, este órgão é de extrema importância em nossa escola porque é através do conselho de classe que as decisões sobre as modificações no planejamento dos conteúdos curriculares são tomadas e definidos os meios de recuperação da aprendizagem dos alunos e as formas de articulação com a família, tendo como objetivo a melhoria da prática do ensino-aprendizagem e a evolução do nosso educando.

### **Grêmio Estudantil**

O grêmio estudantil foi implantado na Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira” através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, tendo como objetivo a formação de indivíduos participativos, críticos

e criativos. Veiga, 1998, p.13, define que o grêmio estudantil é uma “instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula”.

Dentre os projetos implementados pelo grêmio estudantil, está o “vereador por um dia”, onde são eleitos através da execução do projeto 9 vereadores, que em parceria com a Câmara Municipal de Congonhas, lideram uma reunião da casa. Nessa reunião são repassadas previamente todas as instruções a respeito da função do vereador e de que maneira são discutidos os assuntos que são tratados no legislativo. Trata-se de uma reunião de instrução e que tem por finalidade trabalhar a formação política do nosso aluno e fomentar o surgimento de novas lideranças. Há também a participação do grêmio estudantil nos projetos de educação ambiental, no programa de educação afetivo sexual e na organização dos movimentos estudantis interno da escola, nas áreas de esporte, cidadania e cultura.

Dentre os processos de decisão da escola, contamos também com a reunião de pais e mestres que ocorrem 6 (seis) vezes durante o ano, tendo como objetivo repassar aos pais o desenvolvimento educacional de seus filhos e juntos traçarmos as diretrizes de recuperação do aluno, para garantirmos o sucesso do processo ensino-aprendizagem. As reuniões pedagógicas acontecem de acordo com o calendário interno da escola, 6 (seis) vezes ao ano ou sempre que necessário, através de convocações da equipe de liderança, tendo como objetivo deliberar sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas, sempre enfatizando o processo ensino-aprendizagem e trabalhando sobre o desenvolvimento e implementações dos projetos pedagógicos.

As reuniões administrativas acontecem ao final de cada trimestre, envolvendo todos os funcionários da escola, constituindo-se, em fórum de discussões e deliberações sobre as regras internas da escola, a disciplina e a organização dos alunos, o cumprimento integral do horário de trabalho de todos os servidores e do calendário escolar, onde as decisões tomadas são coletivas e representativas da maioria.

Todo o processo de decisão da escola é sempre pautado na autonomia que nos é concedida, que provem do sistema municipal de ensino. Segundo (NEVES, 1995, P. 113) “a autonomia é a possibilidade e a

capacidade de a escola elaborar e implementar um projeto político-pedagógico que seja relevante à comunidade e à sociedade a que serve”. Dessa maneira todas as formas de decisão da escola são direcionadas à implementação do projeto político pedagógico que nos orienta em relação à melhoria da qualidade de ensino oferecida pela nossa escola.

## RELAÇÕES DE TRABALHO

Toda evolução que ocorre na educação, tem reflexo imediato nas relações entre as pessoas, e destas com o trabalho, desta forma é necessário que o tempo e os espaços escolares, estejam bem organizados de forma a propiciar um ambiente tranqüilo de trabalho. Para que as relações de trabalho ocorram de forma saudável, é necessário que esteja bem claro quais são as funções atribuídas aos cargos dos servidores que compõem o quadro administrativo e pedagógico da escola, a lei municipal 2783/2007 versa sobre as diretrizes e bases da educação, traz orientações específicas sobre o regime disciplinar e as funções dos servidores dentro de seus cargos, a lei fica exposta na secretaria da escola, e com isto todos ficam sabendo de seus direitos e deveres.

Com objetivo de alcançar níveis de relacionamento que estejam pautados nos princípios de solidariedade, gentileza e amizade, todas as decisões tomadas na Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira” ocorrem através de processos democráticos, onde a participação coletiva é privilegiada.

Neste sentido, é feito acompanhamento do trabalho dos servidores, dando-lhes suporte material e psicológico com o apoio do núcleo psicopedagógico da secretaria municipal de educação, tendo como objetivo melhorar as condições de trabalho.

A equipe de liderança da escola mantém sempre um canal de comunicação aberto com os funcionários, fazendo intervenções no que diz respeito às relações com o trabalho e interpessoais objetivando a criação de um ambiente agradável de trabalho.

De acordo com a lei orgânica do município de Congonhas de 1990 o quadro de servidores que compõem os segmentos funcionais da Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira” são os seguintes:

- Direção
- Vice-direção
- Secretária escolar
- Serviço pedagógico

- Corpo docente
- Equipe administrativa (secretaria escolar)
- Cantineiras

Dentre as competências estabelecidas no regimento interno (2004) da escola verificam-se, como atribuições do gestor:

Observar e cumprir as legislações vigentes que dispõem sobre os direitos da criança e do adolescente, sobre a organização do ensino e da escola, sobre a aplicação dos recursos públicos e prestação de contas.

Manter vigilância para que todos os turnos de funcionamento da escola tenham acesso a todos os serviços, equipamentos e ambientes pedagógicos, de modo a garantir aos alunos e professores iguais oportunidades de aprendizagem e as mesmas condições de trabalho.

Exercer o papel de diretor com dignidade, assegurando, através de uma liderança democrática, dentro e fora da escola, o surgimento de novas idéias e projetos, a construção de soluções e a tomada de decisões que consolidem a escola como instrumento de cidadania e a serviço da comunidade.

Valorizar e incentivar o trabalho docente de qualidade, a responsabilidade e o comprometimento ativo do professor e pedagogo com o planejamento, com processo pedagógico e com os resultados da aprendizagem, afim de que sejam reduzidas, ano a ano as taxas de repetência e evasão da escola.

Com relação ao vice-diretor, compete a substituição do diretor em suas faltas e impedimentos eventuais, auxiliando-o no desempenho de suas funções.

Supervisionar a manutenção da limpeza e conservação das instalações e o desempenho dos auxiliares de serviço, manter o controle de recebimento de material, distribuição, estoque e inventários.

Compete ao secretário escolar, organizar os serviços de escrituração da escola, a organização e o controle das normas administrativas.

O serviço pedagógico deve coordenar a elaboração, desenvolvimento e a avaliação da proposta de ensino, tendo em vista as diretrizes definidas no projeto político pedagógico da escola.

Articular a proposição, do desenvolvimento e a avaliação do trabalho técnico-prático da educação, definindo, de forma integrada, as linhas de ação da equipe pedagógica, explicitando suas atividades.

Promover com os demais membros integrados da equipe, a articulação da escola a família visando ações complementares do processo educativo do aluno.

Identificar as manifestações culturais características da região ou da comunidade local, incluindo-as no desenvolvimento do trabalho da escola.

O professor de turmas e ou de aulas deve participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, construindo e cumprindo o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento.

Zelar pela aprendizagem do aluno, estabelecendo estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento, ministrar os dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Participar das reuniões administrativas, pedagógicas, do colegiado, quando membro, do conselho de classe, dos programas de capacitação promovido pela escola ou pela secretaria municipal de educação.

Apresentar aos alunos e aos pais os resultados dos instrumentos utilizados para avaliação da aprendizagem.

A equipe administrativa (secretaria escolar) deve auxiliar a secretária, em suas atribuições, executando tarefas afins, que lhes são atribuídas.

As cantineiras devem preparar a merenda de acordo com o cardápio do dia, observando as regras de higiene e nutrição, orientando o educando no ato de alimentar.

O serviço de limpeza é feito por empresa terceirizada.

Nas relações interpessoais entre alunos, para que ocorram de forma amigável e solidária, enfatizamos a prática esportiva, como forma de inclusão e socialização do aluno.

Recorremos aos projetos, implantados na escola, Vale Juventude, Agenda 21 Escolar e Arte na Escola, como forma de interação e aproximação, visando formar e reafirmar os laços de amizade e respeito mútuo.

Recorremos ao núcleo psicopedagógico da secretaria municipal de educação, para atendimentos clínicos, psicológicos, psiquiátricos e de assistência social para a efetiva inserção no mundo da aprendizagem e na sociedade do nosso educando. Quando detectamos algum tipo de problema, mantemos parcerias constantes com as famílias para trabalharmos as questões de aprendizagem, disciplinas e de saúde, estabelecemos relações próximas com o conselho tutelar e o ministério público, que visam garantir a integridade física, moral e intelectual do nosso aluno, garantindo assim sua segurança, acesso e permanência na escola, promovendo inclusão social e o seu efetivo aprendizado.

As relações interpessoais entre os servidores da escola são pautadas em relação de respeito, criação de vínculos de amizade e de solidariedade, foi criado com o apoio da secretaria municipal de educação, o programa de capacitação profissional da escola, que é realizado através da contratação de empresa de consultoria e de parcerias com universidades conveniadas, tudo isto sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Congonhas. No início do ano é divulgado um calendário em que constam os dias do ano, que serão dedicados à formação, os processos de formação são continuados, com carga horária pré-estabelecida, todos os segmentos da escola são beneficiados com os cursos oferecidos. Dentre os cursos de capacitação são trabalhadas as letras, as artes, as ciências sociais e da natureza, tendo como ênfase especial as relações humanas, a progressão do servidor na carreira do magistério é condicionada à sua participação nos programas de capacitação.

Existe um índice a ser atingido, que é de 80 por cento de participação, na carga horária anual prevista para a formação, atingido os índices previstos e com os resultados da avaliação de desempenho favorável são concedidas as mudanças de nível na carreira, que geram alterações salariais. São oferecidos prêmios a todos os servidores que atinjam as metas de participação nos cursos de formação, sendo que o prêmio é a concessão no final do ano, de um salário mínimo extra, aos servidores concluintes dos cursos oferecidos.

A escola recebe um diploma, com a titulação “Escola Que Faz a Diferença”, quando 80 por cento dos seus servidores participam de todas as

capacitações oferecidas. Para que a escola receba a titulação também é necessária a melhoria dos índices das avaliações internas e externas. Através dos cursos de formação, todos os servidores da escola são orientados a ter relações de cordialidade, gentileza, respeito e atenção com todos os alunos, tendo como finalidade manter o aluno na escola, diminuir a evasão e com isso combater a distorção idade-série e efetuar sua promoção social. Trabalhamos pela instauração em nossa instituição de um ambiente agradável, que propicie êxito em nossas ações educativas, acreditamos que as melhorias nas relações de trabalho contribuem de forma positiva no processo ensino-aprendizagem, permitindo assim, que realizemos a inserção social do nosso aluno.

## AVALIAÇÃO

Os processos utilizados pelas escolas de um modo geral para a avaliação, não só de seus alunos, mas também de toda a instituição são muito discutidas por todos que fazem parte do processo de educação. Saber dosar o quanto o quantitativo pode ser conciliado com o qualitativo é uma tarefa difícil. Por isso, a Escola Municipal Judith Augusta Ferreira procura levar como base as palavras de Luckesi, citado por Libâneo (1991, p.196):

A avaliação é uma apreciação qualitativa sobre os dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre seu trabalho.

A utilização de meios de avaliação quantitativos é praticamente inevitável, tendo em vista que as diretrizes que norteiam a educação no Brasil ainda utilizam estes meio, mas o que realmente interessa no processo de ensino-aprendizagem é a qualidade do trabalho e o que realmente foi absorvido pelo aluno.

Tendo a escola esta filosofia de trabalho quando tratamos de um assunto tão importante quanto os métodos de avaliação, traçamos as nossas diretrizes, estratégias e ações a serem realizadas constantemente, em busca da qualidade da educação de nossos alunos.

Na busca desses objetivos o Projeto Político Pedagógico tem fundamental importância, haja vista que é um documento produzido por toda a comunidade escolar. Este talvez seja o maior processo de avaliação que a escola promove: avaliar como está o nosso processo de avaliação na escola. Isso ocorre sempre durante as reuniões pedagógicas, reuniões de colegiado, conselho de classe, reuniões de pais e reuniões com o grêmio estudantil, sempre de maneira democrática e participativa.

Na Escola Municipal Judith Augusta Ferreira utilizamos os seguintes instrumentos de avaliação:

- Avaliação de aprendizagem dos alunos;
- Avaliação de desempenho dos servidores;
- Avaliação da instituição.

O processo de avaliação da aprendizagem dos alunos tem objetivos secundários como avaliar o aluno quantitativamente como propõe o regimento da escola, diagnosticar de quanto tem sido a absorção dos conteúdos pelos alunos, mudanças nos instrumentos de avaliação do aluno, perceber as principais dificuldades de cada turma e, melhor ainda, de cada aluno. Mas o objetivo primário da avaliação do aluno feito pela própria escola é aprimorar a qualidade do ensino oferecido e melhoria nas práticas pedagógicas utilizadas pela escola.

Os processos de avaliação estão normatizados pelo Regimento Escolar que organiza as avaliações em três etapas avaliativas com a seguinte distribuição de pontos: 1ª etapa: 30 pontos, 2ª etapa: 30 pontos e 3ª etapa: 40 pontos. No final de cada etapa, a equipe de liderança e os professores se encontram no conselho de classe para avaliar como foi o rendimento dos alunos e planejar novas estratégias de melhoria do sistema avaliativo de aprendizagem.

Para implementação deste processo, são utilizados, no mínimo cinco instrumentos de avaliação, escolhidos entre aqueles elencados no § 1º do artigo 81 do Regimento Escolar: provas, exercícios, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, observações na melhoria da aprendizagem, seminários e auditórios. O professor fará a escolha dos melhores instrumentos de avaliação sempre assessorado pelo diretor e pela equipe pedagógica da escola.

Enfim, na busca por instrumentos avaliativos que sejam eficientes nos baseamos na fala de Moreto (2002, p. 14): "... a finalidade tanto do ensino como da avaliação da aprendizagem, é criar condições para o desenvolvimento de competências do aluno."

Para a avaliação dos servidores da escola, tão importante para a aprendizagem dos nossos alunos quanto a avaliação dos discentes, há, uma vez por ano, uma Avaliação de Desempenho. Esta, por sua vez, está atrelada não só a dedicação do servidor, mas também a seu crescimento profissional e a participação nos cursos de formação oferecidos pela escola e pela Secretaria Municipal de Educação. A sua nota nesta avaliação também está vinculada ao crescimento no Plano de Carreira e para recebimento de gratificação pelo desempenho da escola.

Para a Avaliação de Desempenho dos Servidores é formada uma comissão formada por cinco membros titulares: o diretor, a pedagoga, dois professores (tentando buscar um de cada modalidade de ensino) e um servidor do quadro administrativo. Para uma eventual substituição e para a avaliação dos membros titulares ainda são eleitos para a comissão mais cinco suplentes.

É perceptível o efeito positivo da avaliação dos servidores da escola, pois o empenho dos mesmos passa a ser cada vez maior. Quem agradece este empenho são os nossos alunos, motivo de toda essa movimentação.

Durante muitos momentos do ano a instituição é avaliada externamente, seja pela secretaria Municipal de Educação, pela Secretaria de Estado da Educação ou pelo Governo Federal. A escola abre as portas a estas avaliações e se empenha muito para conseguir mostrar nessas avaliações que os resultados obtidos internamente são realmente o real.

A Secretaria Municipal da Educação possui um meio próprio de avaliação de suas escolas, chamada de DIME (Diagnóstico Municipal da Educação), que é aplicada uma vez por ano. Nos últimos quatro anos, a Escola Municipal Judith Augusta Ferreira obteve apenas resultados positivos e crescentes. O PROALFA e o SIMAVE são aplicados pela Secretaria de Estado da Educação e o Governo Federal aplica a tão esperada Prova Brasil que determinará o valor do IDEB da escola.

A avaliação da instituição num todo só será importante se os resultados, sejam eles positivos ou negativos, sejam transformados em ações voltadas para o objetivo maior de uma escola: a aprendizagem.

## Considerações Finais

A elaboração do Projeto Político Pedagógico passa a orientar toda a escola nas suas ações e estabelece um caminho para percorrermos. O principal motivo do sucesso na criação desse norteamto se deve ao envolvimento de todos os atores responsáveis pela educação de nossos alunos: direção, serviço pedagógico, professores, demais servidores, pais e comunidade.

Buscar a participação de todos na elaboração do PPP faz com que todos se apoderem das decisões que foram tomadas e se esforcem muito mais para que o documento final seja realmente executado e não seja transformado em mais um “documento de gaveta”.

Outra grande importância na elaboração do Projeto Político Pedagógico é o exercício da autonomia da escola. A autonomia não é um instrumento que vem junto com a gestão da escola e sim conquistada a cada dia junto de todos os formadores. No momento que envolvemos a todos buscamos e exigimos que a autonomia da escola seja respeitada. Ao mesmo tempo trabalhamos o conceito de autonomia que às vezes é confundida com independência. Com o PPP a escola se torna autônoma para decidir os rumos que a escola irá trabalhar, mas não se torna independente, haja vista que estará sempre vinculada a Secretaria Municipal da Educação.

O olhar de todos agora, passa a ser mais reflexivo sobre a escola e as responsabilidades vão sendo divididas e voltadas para o foco principal da escola: a aprendizagem de todos os alunos.

## Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Daniela Laura. O Lúdico na Educação Infantil. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade Afirmativo). Cuiabá, 2004. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/26604474/O-Ludico-Na-Educacao-Infantil>. Acesso em: 19/09/2010.

\_\_\_\_\_. Gestão escolar Democrática: definições, princípios, mecanismo de sua implementação. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/forum/view.php>. Acesso em: 12/10/2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/08/2010.

\_\_\_\_\_. Indicadores na Qualidade na Educação/Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-Mec (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos>. Acesso em: 22/08/2010.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Lei Nº9.394 de 1996. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis>. Acesso em: 15/07/2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006. Caderno 1: Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Disponível em: <http://www.moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em: 22/08/2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. CONAE 2010. Conferência Nacional de Educação. Documento referência. Disponível em: [http://mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento\\_referencia.pdf](http://mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf). Acesso em 18/03/2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 23ª ed. Editora Paz e Terra, 1996. Disponível em: <http://analgesi.co.cc/html/t26463.html>. Acesso em: 16/09/2010

GONÇALVES, Juçara dos Santos. CARMO, Raimundo Santos do. Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão. 2001. 94 folhas. TCC. UNAMA. Belém-Pará. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3283&advanced=0&pagina=&page=1>. Acesso em 07/04/2011.

LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola-Teórica e Prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS. Regimento da Escola Municipal Judith Augusta Ferreira. Congonhas, 2004.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: 1997.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. Autonomia da escola. Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1613.htm>. Acesso em: 14/04/2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP; Papyrus, 2008.

